

REPLICAÇÃO DOS CONHECIMENTOS DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ/PA

Eraldo Souza do Carmo¹

¹Especializando se em DESENVOLVIMENTO DE ÁREAS AMAZÔNICAS; Universidade Federal do Pará/ NAEA, Belém/ Pará, carmoeraldo@hotmail.com

RESUMO: O texto faz parte do projeto de Monografia em fase de desenvolvimento na Universidade Federal do Pará/NAEA no Curso Internacional de Especialização em Desenvolvimento em Áreas Amazônicas. O estudo tem como objetivo analisar a replicação dos conhecimentos dos egressos da Casa Familiar Rural de Cametá adquirido por meio da Pedagogia da Alternância para o desenvolvimento de suas comunidades. O problema que norteia a pesquisa se fundamenta na necessidade de saber se os egressos após o processo formativo vêm replicando os conhecimentos nas propriedades rurais de suas famílias. As trilhas metodológicas seguem em direção à análise qualitativa de pesquisa: Estudo de Caso. Na coleta de dados adotamos análise documental e entrevistas com egressos e pais de egressos da Casa Familiar Rural de Cametá.

Palavras - Chave: Pedagogia da Alternância. Egressos. Replicação dos conhecimentos.

INTRODUÇÃO

A educação sempre esteve nas retóricas dos governos enquanto uma política estratégica para impulsionar o desenvolvimento do país, um instrumento ideológico que remete a tantas divergência e conflitos pelos seus diversos conceitos e interesses das diferentes classes sociais, ficando mais evidente na implementação enquanto política pública. Por um lado, o Estado a partir de seus interesses não abre mão de colar qualquer plano educacional as estratégias de desenvolvimento do país, geralmente para atender as demandas do mercado em voga, com isso, a qualificação profissional tem sido prioridade em todos os planos educacionais. Por outro, os movimentos sociais discutem a educação, em primeiro lugar, enquanto direito de todo cidadão, neste sentido, ela deve ser universalizada de forma que possa atender todas as populações com suas especificidades.

Este tem sido o grande desafio dos governos, atender a diversidade de um Brasil de vários “Brasis” com suas especificidades culturais, sociais, políticas e regionais. Na incapacidade atenderem as demandas que a sociedade apresenta no que tange a uma ação educativa universalizada, restam os autos déficits educacionais de uma região para outra do país e uma disparidade entre campo e cidade, outro desafio, é transformar as propostas teóricas em práticas concretas como é o caso dos PCNs que traz nos seus princípios as discussões interdisciplinar na perspectiva de atender a heterogeneidade da população brasileira.

Mesmo diante deste desafio, o Estado brasileiro após o processo de redemocratização não priorizou o diálogo com a sociedade civil organizada para a construção dos planos educacionais, neste sentido, há uma lacuna da atuação dos governos principalmente com as populações camponesas, por não sentirem-se contempladas com as suas demandas de uma educação que leve em consideração sua realidade social, econômica, saberes culturais, professores qualificados, prédios escolares, transporte, uma escola democrática e a universalização do ensino para zona rural com a perspectiva que ela esteja a serviço do desenvolvimento das comunidades

Na ausência do Estado com esta perspectiva, os movimentos sociais¹, ONGs, igrejas iniciaram diversas experiências educativas seja para a alfabetização fundamentada na concepção freireana, elevação de escolaridade a partir da realidade social das comunidades, a educação popular. Neste processo, conheceram a experiência sócio educativa das Casas Familiar Rurais (CFR) que vinha sendo desenvolvida na França desde 1937 adotando a Pedagogia da Alternância enquanto princípio metodológico, por alternar tempo escola, família – propriedade para formação dos filhos dos trabalhadores para atuarem nos trabalhos da agricultura familiar e outras funções inerentes ao campo.

A Pedagogia da Alternância adotada nas CFR's objetiva contribuir para a promoção e o desenvolvimento das pessoas visando fortalecer as comunidades originárias dos educando, priorizando o contexto sócio-geográfico e profissional. É caracterizada por uma educação que ajuda a preparação para o trabalho tendo em vista a qualificação profissional, ou seja, facilita a inserção profissional na agricultura familiar, além de outras profissões do meio rural. Está fundamentada na concepção de que a vida ensina tanto quanto a escola, valorizando o aprender pelo fazer concreto do cotidiano, na experiência do trabalho familiar e em outras situações. Vem se constituindo como um importante instrumento de inclusão sócio - educativa para os filhos dos trabalhadores como enfatiza Queiroz (2002, p. 14).

[...]A Pedagogia da Alternância tem sido uma das muitas maneiras que os povos do campo têm encontrado para construir uma verdadeira educação do campo e fazem parte de um conjunto maior de movimentos e organizações que historicamente tem lutado contra a concentração da terra, do poder e do saber.

A alternância educativa fortalece a relação teoria e prática, ou seja, articula o tempo escola com o tempo comunidade, permitindo que os jovens alternem períodos de formação no ambiente escolar e período de práticas, experiências e pesquisas no ambiente familiar comunitário, integrando família e escola num processo contínuo de formação. A prática de alternância nos estudos garante a permanência do vínculo familiar, as vivências culturais e auxilia no desenvolvimento de práticas ecologicamente viáveis na relação homem e natureza. Segundo GIMONET (1999, p. 44), as principais características da Pedagogia da Alternância são:

[...] Alternância de tempo e de local de formação, ou seja, de período em situação sócio – profissional e em situação escolar. Significa uma outra maneira de aprender, de se formar, associando teoria e prática, ação e reflexão, o empreender e o aprender dentro de um mesmo processo. Significa uma maneira de aprender pela vida, partindo da própria vida cotidiana, dos momentos experienciais, dando prioridade a experiência familiar, social e profissional. Conduz a partilha do poder educativo, valorizando o saber de cada um e os contextos de vida.

O método pedagógico baseado na alternância tem como base a busca do conhecimento e das práticas realizadas pelas famílias de produtores familiares, que através de ferramentas específicas como o plano de estudos, o caderno de realidades, folha de observação, viagem de estudo, conseguem fazer um aprimoramento dos conhecimentos populares, no capítulo dois estaremos aprofundando como se dá a aplicação destes instrumentos metodológicos. Utiliza diversos instrumentos pedagógicos, elaborados a partir das experiências adquiridas pelos jovens com suas famílias como estratégia para garantir uma interação permanente entre famílias – escola – jovens.

A essência teórica metodologia da Pedagogia da Alternância vem ganhando aceitação e adesão dos movimentos sociais do campo como uma das estratégias viáveis para a implementação de uma política educacional que atenda as reais necessidades e diversidade das populações camponesas, pois além de proporcionar a escolarização oportuniza a qualificação técnica dos filhos dos agricultores, ganhando um significado maior pelo fato do

¹ Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sindicatos de Trabalhadores Rurais

campo de experimentação ser a própria propriedade familiar. Neste sentido, os pais, alunos, a comunidade são sujeitos fundamentais na construção da proposta curricular e dos demais direcionamentos da CFR.

Esta proposta educativa veio de encontro com os interesses e anseios do movimento social já que vinham reivindicando há bastante tempo uma proposta educacional que contemplasse os interesses do homem do campo junto ao Estado a fim de romper com o modelo tradicional e linear de educação que vinha sendo implementado para o meio rural de forma horizontal e homogênea atendendo seus próprios interesses, ou seja, encontraram nas Casas Familiar Rurais estes viés, por ter como princípio uma escola democrática que dialoga com os sujeitos locais a proposta pedagógica e curricular de intervenção com os educando. (LEITE, 1999)

Diante do descontentamento dos movimentos sociais com as políticas do Estado para as populações do campo, resolveram apostar em experiências educativas que pudesse contribuir com o desenvolvimento endógeno das comunidades dentro de uma lógica democrática, participativa e popular. Com este mesmo ideal, o movimento social de Cametá através do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e Colônia de Pescadores Z-16 na década de 90 iniciaram as discussões para a implementação da Casa Familiar Rural ou da Casa Familiar Agrícola no município, uma vez que seus princípios de formação interdisciplinar atendiam as necessidades para qualificação dos filhos dos trabalhadores para atuarem na agricultura familiar, depois de longa discussões optaram pela CFR.

É importante destacar que Cametá pertence à Região Tocantina² que aglutina ainda os Municípios de Baião, Mocajuba, Oieras do Pará, Limoeiro do Ajuru e Igarapé Miri, possuem uma relação histórica de organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, pescadores e pescadoras artesanais, principalmente na luta pela conquista destas organizações que no início eram dirigidas pelos patrões e Estado, assim como mais tarde na conquistas do crédito como o FNO, energia, estradas. Podemos dizer que o movimento social na região tem uma cumplicidade histórica, resultado de um trabalho que começou pela Prelazia de Cametá na organização das comunidades Eclesiais de Base e que mais tarde se refletiu na organização dos movimentos sociais.

Existe uma divisão entre estes municípios apenas territorial, pois social, política e culturalmente há uma relação que ultrapassa as limitações geográficas. O resultado desta organização se legitima na fundação do MODERT³ o principal articulador do movimento social na Região Tocantina foi quem organizou as principais estratégias de negociação com o Estado das políticas públicas através do movimento denominado Grito da Terra tendo destaque na luta por estradas, crédito, energia, saúde, educação, previdência social, seguro defeso, renegociação das dívidas dos trabalhadores com os bancos na década de 90, foram vários momentos tensos, chegando inclusive muitas lideranças a realizarem greve de fome para conseguirem audiências com Ministros e secretários de Estado.

Nesta história de luta dos povos da Região Tocantina a educação sempre foi pautada como uma política importante de inclusão social e direito dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no processo de desenvolvimento regional destacando como prioridade a implantação de escolas nas comunidades rurais e ribeirinhas com ensino fundamental e médio, transporte escolar, contratação e qualificação de professores das localidades. Sendo o grande desafio neste processo a discussão de uma escola que atendesse as peculiaridades regionais e culturais (FORQUIM, 1993), não conseguindo muito sucesso.

É partir daí que a Pedagogia da Alternância assume um papel fundamental para os movimentos sociais da Região Tocantina, tornando-se um contraponto as políticas educacionais para o meio rural proposto pelo Estado. Com a implantação da primeira CFR em

² Esta delimitação geográfica foi criada pela Prelazia de Cametá para definir os municípios que pertencem ao seu raio de atuação enquanto Igreja e que foi incorporada pelas organizações sociais, pela divisão geográfica do IBGE pertence à Mesorregião do Nordeste Paraense e a Microrregião de Cametá.

³ Movimento em Defesa da Região do Baixo Tocantins

Cametá em 2001 passaram a discutir a necessidade dos demais municípios se incluírem neste processo, o que já é realidade. As que foram implantadas em Igarapé Miri em comunidades extrativistas, Mocajuba e Baião em comunidades quilombolas possuem estruturas próprias.

O Município de Oeiras do Pará tem uma turma e Limoeiro do Ajuru tem alunos matriculados ambos na CFR de Cametá, ou seja, todos os municípios já estão sendo atendidos por esta modalidade de educação. Ao que parece há uma compreensão do movimento social tocaninense que esta modalidade educativa a partir da metodologia adotada contribui para formação de jovens comprometidos com o desenvolvimento das comunidades levando em consideração as culturas e vocação econômicas locais.

Minha identificação e opção pelo objeto de estudo dar-se em primeiro lugar pelo fato de ser filho de trabalhadores rurais e como a história de muitos jovens teve que deixar a família para ir estudar na cidade, mas sempre fui sensível a realidade sócio educativa das populações camponesas, daí que na realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Pedagogia optei por fazer minha pesquisa sobre educação ribeirinha no Município. Durante as entrevistas para a referida pesquisa com os pais e lideranças da comunidade em suas falas sempre evidenciavam o desejo que a escola estivesse mais relacionada com a sua realidade e que seus filhos pudessem contribuir com a organização social da ilha, no entanto, percebiam um distanciamento entre as práticas educativas da escola e a comunidade.

Ressaltavam com frequência o trabalho da APACC (Associação Paraense de Assistência as Comunidades Carentes), Colônias dos Pescadores Z -16 Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá e Igreja Católica através da Pastoral da Criança, através de cursos sobre a apicultura, piscicultura, medicina alternativa e remédios caseiros, o que contribui para utilizarem os recursos naturais de forma racional e ainda gerarem renda.

A partir daí passei a interessar-me mais pelas questões da educação do campo, participando de vários debates no Município de Cametá e no Estado do Pará, inclusive do primeiro Seminário de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural na Amazônia em 2004 realizado pelo Grupo de Estudos Pesquisas em Educação Rural na Amazônia (GEPERUAZ) do Centro de Educação da UFPA e em 2005 contribuindo para a criação do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo do Tocantins (GEPECART), da UFPA – Campus de Cametá com objetivo de difundir estudos e pesquisa nesta área na Região Tocantina.

Por fim, coordenando no Estado do Pará o Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária⁴ (PPDLES), visa o fomento e apoio ao desenvolvimento local, com vistas à geração de trabalho e renda a partir da construção de arranjos produtivos locais fundamentados nos princípios da economia solidária⁵ para o fortalecimento das comunidades. Estas comunidades caracterizadas como ribeirinhas e rurais Diegues (2001) as define como tradicionais⁶ têm como principal fonte promotora de renda as atividades voltadas para

⁴ Programa do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome coordenado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) tendo como entidade executora a Fundação Universitária de Brasília (FUBRA) e no Estado do Pará tem com parceira a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Agricultura (FETAGRI)

⁵ Definida como conjunto das atividades de produção, distribuição, consumo e crédito realizado pela população rural e/ou do meio urbano. É a economia baseada na ajuda mútua, na cooperação, na autogestão e nas diversas formas de compartilhar, buscando o benefício social e também o cuidado com o meio ambiente. É denominada de economia solidária porque é através destas práticas que as pessoas passam a cultivar e a desenvolver, em diversos graus, o valor da solidariedade. (PPDLES. **Economia Solidária**. Texto de apoio, pg. 01, Brasília 2007)

⁶ Diegues (2001, p. 27) utiliza “a noção de sociedades tradicionais para definir grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza. Essa noção refere – se tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolveram modos de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos. Exemplos empíricos de populações tradicionais são as comunidades caiçaras, os sitiantes e roceiros, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas.

agricultura familiar baseada na fruticultura, pesca artesanal, extrativismo tendo como principal atividade a extração do açaí em épocas sazonais, criações de pequenos animais e a apicultura em fase de ascensão, tendo como princípio organizativo o cooperativismo e associativismo, possuem uma relação de dependência com a natureza para a extração e utilização dos recursos naturais, ou seja, desenvolvem práticas econômica voltadas para o desenvolvimento local conforme vem estimulando a economia solidária.

Estes foram os fatores que me levaram a estudar os egressos da CFR de Cametá, considerando que a metodologia da Pedagogia da Alternância expressa o desejo dos trabalhadores de um processo formativo que valoriza o vínculo comunidade – família – escola, objetivando as relações sociais e culturais com seu espaço geográfico de origem. Por perceber também que esta prática pedagógica incentiva o desenvolvimento local a partir da vocação econômica das comunidades, numa relação permanente da família com o processo produtivo, busca resgatar o campo enquanto um espaço de vivência sócio política e elevação da qualidade de vida para construção de uma educação do campo e no campo para os sujeitos camponeses. (Roseli Caldart, 2002)

Neste sentido, esta pesquisa se propõe analisar como os jovens egressos da Casa Familiar Rural vem replicando os conhecimentos adquiridos através da Pedagogia da Alternância para o Desenvolvimento das Comunidades do Município de Cametá, assim se constituem questões norteadoras desta investigação:

1. Que fatores levaram os movimentos sociais de Cametá a adotarem a CFR como proposta educativa para os filhos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais?
2. Qual a importância da CFR de Cametá para as comunidades rurais ela possibilita formação para os jovens atuarem na agricultura familiar?
3. Os jovens egressos estão incentivando outras práticas econômicas para o desenvolvimento das comunidades?

A partir destes questionamentos selecionamos para serem entrevistados ex-alunos, pais, lideranças comunitárias, o coordenador, coordenadores pedagógicos, monitores e lideranças sindicais que contribuíram no processo de implantação da casa no município. Por um lado, acreditamos que estes sujeitos têm muito a contribuir para o desenvolvimento da pesquisa, considerando que cada um vivenciou em momentos diferentes, seja das discussões para a implantação da casa, ou já dos processos educativos e sabem dos avanços e limitações que por ventura tenham ocorrido durante este período de 06 (seis) anos. Por outro, sabem das lutas e muitos até vivenciaram momentos da história dos trabalhadores para conquistas de direitos sociais, ou seja, compreendem e sabem da importância deste projeto, dessa forma, constituem-se fontes de informações privilegiadas nesta pesquisa.

2- CAMETÁ - LOCAL DE ESTUDO

O Município de Cametá está situado a margem esquerda do Rio Tocantins, conforme o último censo (IBGE, 2000) corresponde a uma população de 97.504, a que reside na área urbana 41,42% representa um total de 40.388 pessoas e o meio rural é habitado por 58,58% correspondendo a um total de 57.116 habitantes. Refletindo a realidade dos municípios da Região Norte onde os rurais são predominantes. A área rural divide-se em duas regiões: a região das ilhas que compreende aproximadamente 46,5% da área do município e a região da terra firme que compreende 36,4%. Estima-se que do total da área rural mais de 50% vivem na região das ilhas de Cametá. Atualmente a população já é bem maior, segundo estimativa do IBGE (2006) já corresponde a 106.816 habitantes.

Nos últimos anos a cidade de Cametá em termos populacionais cresceu consideravelmente, como destaca o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião a Jusante da UHE de Tucuruí - PDJUS (2003, p. 22): nos anos 1970 (59.754 hab); 1980 (79.320 hab); 1991 (85.187 hab); 2000 (97.624 hab) e 2003 (101.455 hab). Esses dados são significativos e revelam a ocorrência de um forte êxodo rural em direção a sede do município.

Palco de lutas populares, o Município foi fundado em 24/12/1635, tem uma extensão de unidade territorial equivalente a 3.081km², dos quais aproximadamente 53,5% correspondem à área continental e 46,5% de área insular, constituída por 100 ilhas. Pertencente a Mesorregião do Nordeste Paraense e a Microrregião de Cametá, limita-se ao Norte por Limoeiro de Ajuru, ao Sul por Mocajuba, a Leste por Igarapé-Miri, e a Oeste por Oeiras do Pará, como evidencia o mapa político do município apresentado a seguir.



Atualmente, conta com os distritos de: distrito-sede, Carapajó, Curuçambaba, Juaba, Moiraba, Janua Coeli, Porto Grande e Vila do Carmo do Tocantins. A geologia do território, que abriga o Município não foge às características de toda a Região do Baixo Tocantins. Na sua característica geológica de natureza sedimentar, estão terciários de Formação Barreiras, à montante da cidade de Cametá até a Ilha do Jutaí. A predominância, entretanto, é de sedimentação Quaternária Subatual e Recente, constituída de material consolidado (areias, siltes, argilas e cascalhos), que se estendem extensamente, para o interior do município, constituindo os grandes campos naturais do Baixo Tocantins.

Seu relevo ligado à sua configuração apresenta formas que são caracterizadas por baixos tabuleiros, sujeitos, constantemente, à erosão fluvial que se processa no baixo curso do Rio Tocantins, justamente no lado em que está localizada a sede do município. Isto leva ao desmoronamento das Falésias da frente da cidade e adjacências, que vem prejudicando o seu estilo urbano. Seu relevo insere-se na unidade morfoestrutural do Planalto Rebaixado da Amazônia (Baixo Amazonas).

O recobrimento vegetal do Município de Cametá é constituído pela Floresta Densa dos baixos platôs, pela Floresta densa Aluvial e pelos “Campos Gerais”. A primeira formação vegetal reveste as terras firmes e constituem-se de árvores dicotiledôneas de porte elevado, dentro das características de composição e aparência da Floresta Tropical Úmida Perenifólia. As Florestas Aluviais predominam nas áreas próximas aos rios, onde existe influência de inundações periódicas ou esporádicas. É importante ressaltar presença de espécies úteis nas várzeas cametaenses, como açaí, o buruti e, principalmente, a histórica utilização destes tratos para o cultivo de cacau.

É um município rico em manifestações populares. Os grupos típicos organizados procuram, através de suas danças e indumentárias, preservar as tradições e valores culturais. Além das manifestações, podem ser destacados os pássaros e a Marujada. A Folia de Reis e o Carnaval, este último marcado pela presença do bloco carnavalesco “A Bicharada”, com indumentária confeccionada artesanalmente e caracterizando animais da fauna da região Amazônica.

Quanto o aspecto ambiental é caracterizado por três grandes problemas segundo diagnóstico realizado pela ELETRONORTE e, confirmado com os vários Fóruns já realizados na região do Baixo Tocantins e, na Conferência Estadual das Águas realizada em março de 2004 neste município que são: *A Pesca Predatória, O Desmatamento Desordenado que provoca assoreamento dos Igarapés e o Represamento do Rio para Construção da Hidrelétrica* (PPDJUS/ELETRONORTE, 2002). Durante o período da realização do

diagnóstico as demandas prioritárias apontadas foram: a fiscalização e controle ambiental, programa de educação ambiental e recuperação das áreas degradadas/reflorestamento.

Ainda mantém características de sua colonização tais como: arruamento estrito, casario avançado sobre o passeio lateral, casas de negócios com residências nos altos. Ainda encontramos construções em estilos colonial português que variam da alvenaria, madeira e taipa em suas coberturas são utilizadas com maior frequência telhas de barro, de fibro cimento, predominam nos bairros periféricos construção de madeira e em menor escala construções de alvenarias e taipas. (POMPEU, 2002)

A cidade por ser concebida a partir de 1670 apresenta característica de cidade medieval, com falta de planejamento urbano que vem ocorrendo desde seu princípio, formaram-se no entorno da cidade áreas periféricas totalmente destoantes do alinhamento que predominava no primitivo núcleo da cidade, resultando em ruelas estreitas, faltas de espaços públicos para aparelhamento com escolas, unidades de saúde, praças e etc. (POMPEU, 2002)

Quanto aos meios de transporte, o único serviço público oferecido são os transporte escolares para os alunos do ensino fundamental que residem na zona rural. O acesso para a cidade das populações do campo principalmente os que residem na Transcarnetá – Tucuruí, agora BR 156 é através de ônibus particulares, caminhões, carros de pequeno porte, bicicleta e motocicleta, quanto os que residem nas ilhas e na margem direita do Rio Tocantins são usadas pequenas e médias embarcações para chegarem até a cidade. Quanto o acesso para a Capital do Estado Belém, há três meios de transporte: Fluvial, Rodofluvial e Aéreo.

O Município de Carnetá com 371 anos de fundação é um dos mais antigos do Estado do Pará, possui uma história rica de lutas, sofrimento, mais de muitas conquistas, desperta atenção de muitos pesquisadores. Possui um povo ainda nativo, relatos históricos apontam que seus primeiros habitantes foram os índios Caa-mutá, pertencentes à família dos Tupinambás, que viviam às margens do Rio Tocantins. Tinham características particulares, viviam em casas construídas nos topos das árvores, razão de serem conhecidos como índios Caa-mutá, que na língua Tupi significa caa – mato, floresta, bosque, erva e mutá – degrau, armação, construída para a espera de caça (RODRIGUES, 2003, p. 21). Que posteriormente designaria o nome da Cidade “Carnetá”.

Para Pompeu, (2002, pg. 19) embora as intensas lutas que se travaram entre ingleses, franceses e holandeses pela conquista do Rio Amazonas, os primeiros a se fixarem em território carnetaense foram os portugueses atraídos pelas riquezas naturais do Rio Tocantins. Enfatiza que a fundação de Carnetá está intimamente ligada as disputas de riquezas das terras existentes no novo continente. Apesar de só em 24 de Dezembro de 1635 o povoado ser elevado à categoria de Vila, desde 1617 Frei Cristovão de São José, religioso da Ordem dos Capuchos de Santo Antônio, ancorou neste território, erguendo logo uma ermida⁷ acompanhada de uma cruz de madeira, dando início ao processo de catequização dos índios, objetivando futuramente tê-los como aliados no processo de colonização do Rio Amazonas.

Em 1620 o Frei transfere os índios Caa-mutás para junto de sua ermida, dando origem ao primeiro povoamento do Rio Tocantins. (POMPEU, op. cit, p. 20) E somente no dia 24 de outubro de 1848 que a Vila Viçosa de Santa Cruz de Carnutá foi elevada a categoria de Cidade de Carnetá. Como aconteceu com várias etnias indígenas na Amazônia, com os Carnutá não foi diferente, desapareceram, refletindo nas populações atuais suas crenças e costumes, segundo a história eram excelentes extrativistas, pescadores e caçadores, talvez a explicação para a extração e a pesca ainda ser a atividade predominante do trabalhador carnetaense tornando-se a base da economia do município.

Segundo Barra e Furtado (2004, p. 63) nas ilhas vivem aproximadamente 35.000 ribeirinhos que reproduzem-se econômica e socialmente pela sua cultura extrativista, baseada na extração do açaí, pesca artesanal, artesanato. O rio que banha o Município de Carnetá é o Tocantins, bastante navegável e permanentemente utilizado pelos moradores locais, sobretudo

⁷ Capela, pequena igreja.

pelos ribeirinhos, uma vez que é a via principal de integração sócio - econômica ao possibilitar o escoamento dos produtos extrativos e agrícolas das ilhas e possibilita a integração com outras localidades.

Com relação ao contexto econômico, até a década de 1970, a economia da região das ilhas de Cametá era baseada na coleta de cacau, borracha, andiroba, ucuúba⁸, que se constituíam nas principais fontes de renda para os ribeirinhos. Após longo período de exploração, esses produtos entraram em declínio e perderam o valor econômico. A esse respeito Sousa nos relata:

[...] Na década de 1960, a economia de Cametá já se arrastara por um longo período de crise e apresentava sintomas de decadência. A borracha, que permitira o contato com economias monetizadas, perdera espaço no mercado; as fábricas que beneficiavam produtos como andiroba e ucuúba, para a produção de sabão, já havia entrado em decadência pela impossibilidade de concorrência com as empresas de outras regiões do Brasil. A economia de Cametá estava baseada fundamentalmente no açaí nativo, no pescado e na agricultura de subsistência [...] (op. cit., p. 87).

Atualmente a economia da região das ilhas e terra firme de Cametá é baseada no extrativismo vegetal, agricultura familiar e a pesca artesanal, complementadas por outras rendas como aposentadorias, auxílios governamentais (bolsa família, vale gás, auxílio maternidade, seguro desemprego/pesca), serviços públicos na área educacional (professores, serventes, agente de apoio e segurança) na área da saúde (Agentes Comunitários de Saúde) e no setor informal (mercearias, frete de barcos para cargas, passageiros e transporte escolar, construção de embarcações, artesanatos e outros), e criações de pequenos animais. A economia do município é sazonal, ocorrendo maior movimento na época do carnaval, férias e final de ano.

Apesar da região possuir um quadro favorável no que tange os recursos naturais, os índices de pobreza no município são altos. O Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião a Jusante da UHE de Tucuruí aponta que as principais causas da pobreza e do desequilíbrio ambiental no município, principalmente nas ilhas e terra firme são a pesca predatória, o enfraquecimento da agricultura e o represamento do Rio Tocantins (op. cit., p. 30).

Nesse contexto desvantajoso, os trabalhadores são obrigados a procurar alternativas de trabalho. Na terra firme atualmente são desenvolvidas atividades ligadas à piscicultura (criação de peixes) e apicultura (criação de abelhas), desenvolvida de forma coletiva por meio de grupos de famílias, cuja produção é quase toda para o consumo e apenas um pequeno excedente é vendido. A criação de “xerimbabos”⁹ é outra atividade desenvolvida onde são criados pequenos animais de forma rústica sem nenhuma assistência técnica com instalação inadequadas para as criações, servindo de reserva para consumo próprio principalmente quando há falta de alimentos e em datas especiais como natal, ano novo e outras.

A microrregião “a jusante”¹⁰ da UHE de Tucuruí onde situa-se Cametá apresenta um quadro de preocupantes indicadores sociais, muito embora esses índices tenham melhorados, ainda apresenta-se muito baixo se comparados com o indicadores do país. A luta pela legitimação de políticas públicas que garantam os serviços básicos para os sujeitos do campo entre eles saúde, educação, habitação, saneamento básico dentre outros, fazem parte dos anseios dos cametaenses. Contudo, esses serviços e equipamentos que são de responsabilidade do Estado não estão sendo garantidos, principalmente em lugares localizados fora da zona urbana. Nessa direção o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião a Jusante da UHT de Tucuruí (op. cit., 38) destaca:

⁸ Fruto típico da Amazônia, utilizado na fabricação de cosmético.

⁹ Animais domésticos criados extensivamente geralmente patos, galinhas, perus, porcos.

¹⁰ São os municípios da Região Tocantina que ficam abaixo da UHE de Tucuruí.

[...] A microrregião a jusante da UHE Tucuruí apresenta baixos indicadores sociais e pobreza que persistem devido a estagnação da base econômica regional e a limitada renda per capita regional. Mesmo em alguns poucos indicadores em que houve melhora das condições de vida, o desempenho foi medíocre, situando a região entre as piores do Brasil e, no geral, abaixo da média do Estado do Pará.

Apesar de ser um dos mais antigos do Pará, Cametá possui uma realidade particular, por um lado, encontra-se imerso em um contexto cultural heterogêneo formado por descendentes de indígenas¹¹, remanescentes quilombos¹², negros/as, ribeirinhos, pescador/a artesanais, trabalhador/a rurais, homossexuais e outros, por outro lado, a realidade sócio-econômica dos sujeitos cametaenses apresenta-se com um quadro de desigualdades sociais, analfabetismo, violência, pobreza, apresentando o IDH de 0,67¹³, semelhante à realidade de outros municípios do Estado do Pará. O PDJUS (2003, p. 49) pontua que a região apresenta uma grande desigualdade social, que se reflete na distribuição de riqueza, deixando o município com um alto índice de pobreza, agravando os indicadores de mortalidade infantil, expectativa de vida, mortalidade materna e prostituição infantil.

Em se tratando da questão de saúde, as condições de atendimentos são precárias (PDJUS, 2003, p.45) contando com apenas dois hospitais, um regional sob a tutela do Estado e outro funcionando em regime de convênio com o setor privado. Para a região das ilhas e terra firme esses serviços inexistem, sendo que a cobertura é feita pelos Agentes de Saúde, quando ocorre algum caso de doença nas ilhas estes contam com o auxílio de uma ambulância que faz o transporte dos doentes para a sede do município.

Quanto ao tratamento de água, os serviços também são de péssima qualidade. Carvalho (op. cit., 42) destaca que “a rede de esgoto da cidade de Cametá remonta ao período do Brasil-Império, encontrando-se ainda hoje em funcionamento”. Pelas colocações tem-se idéia de como dá-se a oferta desses serviços para o meio rural, havendo no município uma deficiência de saneamento básico, abastecimento de água e coleta de lixo, prejudicando as condições de vida do cametaense e enfraquecendo seu potencial turístico.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde de Cametá (apud CARMO e RIBEIRO, 2004, p.68) “não existe nenhuma fonte de água potável para as famílias que residentes na ilha e terra firme” estas consomem a água do rio, no qual a qualidade da água encontra-se com alto grau de coliformes fecais, pois são despejados diariamente dejetos dos esgotos urbanos da cidade.

Em relação ao sistema de habitação, em decorrência de sua situação econômica desfavorável esta não permite que possuam uma habitação cujas condições físicas sejam melhores. O sistema de habitação das ilhas apresenta-se predominantemente de palafitas¹⁴ construídas de material aproveitado como palmeiras de açai, cobertas com palhas, como também existem casas de madeiras cobertas com telhas de barro. (CARMO e RIBEIRO, 2004, p. 38).

Já na área rural encontramos construções bem simples, na maioria casas construídas de madeira e taipa, estando presente em menos escala construções de alvenarias (Perfil Urbano de Cametá, 1981). Quanto à área urbana permanece algumas construções em estilo colonial português, tipo aéreo ou sobrado, azulejos nas fachadas, com técnicas de edificação em pedra e cal. Nos bairros centrais há uma predominância de casas de alvenarias, já nos bairros periféricos as construções das casas são predominantemente de madeira. (POMPEU, op. cit., 111)

¹¹ A mais conhecida das tribos indígenas é a Caa – Mutá (que significa degraus na árvore) devido aos costumes dessa tribo construir sua habitação no topo das árvores) totalmente dizimada.

¹² Ainda resistem ao tempo 04 (quatro) comunidades remanescentes de quilombos: a comunidade de Itapocu, Tomazia, Mola, Itabatinga.

¹³ Dados fornecidos pelo IBGE (2000)

¹⁴ Casas de madeira suspensas sobre estacas.

São oriundos desse contexto que emergem os nossos principais sujeitos da pesquisa (alunos filhos de trabalhadores rurais e pescadores artesanais). Apesar dessa realidade, o inverso também é real, encontramos um município envolto em uma paisagem natural repleta de rios, furos e igarapés, que faz jus a ser uma parte da Amazônia de belezas naturais e culturais incontestáveis. Sua base produtiva é a fruticultura, o pescado, a agricultura de subsistência, a extração da madeira, aliados a economia gerada pelos empregos públicos, também chamados de economia do contracheque e a antiga herança comercial que hoje abriga os trabalhadores/as do mercado formal e do crescente mercado informal.

3- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos da pesquisa seguem em direção ao método dialético dentro da perspectiva do materialismo histórico frente a uma postura crítica da realidade, a abordagem será qualitativa, pois pretendo-me aproximar do objeto a ser pesquisado com a finalidade de compreendê-lo na sua essência, contextualizando os saberes e experiências no seu acontecer natural, objetivando apreendê-lo na sua globalidade, pois para Minayo et al (p. 21, 1994) “[...] a pesquisa qualitativa trabalha com significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um aspecto mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis”. Ainda sobre a sobre esta qualitativa Bogdan & Biklen (*APUD* LUDKE e ANDRÉ, 1986) nos apresentam algumas características básicas que configuram esse tipo de estudo:

[...] A pesquisa qualitativa tem o ambiente como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento; os dados coletados são predominantemente descritivos, o material obtido nessas pesquisas é rico em descrições de pessoas, situações, acontecimentos; inclui descrições de entrevista e de depoimentos, fotografias, desenhos e extratos de vários tipos de documento; a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto. (BOGDAN & BIKLEM *Apud* LUDKE e ANDRÉ, 1986; p. 11)

No âmbito da pesquisa qualitativa esta investigação configura um estudo de caso, uma vez que, suas características se enquadram melhor com a temática em estudo, pois tal metodologia segundo André (1995), busca entender um caso particular levando em conta seu contexto, sua complexidade, assim como, sua totalidade, pois busca descobrir novas hipóteses teóricas, relações e conceitos sobre um determinado fenômeno quando se quer retratar o dinamismo de uma situação numa forma muito próxima do seu conhecer local.

O enfoque metodológico do estudo de caso apresenta um grande potencial para estudar as questões relacionadas à educação, e isso estimulou também a nossa opção por tal metodologia considerando que minha formação é em pedagogia, além da mesma se fundamentar no pressuposto de que o conhecimento não é algo acabado, mas uma construção que está se refazendo a todo instante, permitindo nesse sentido que o pesquisador esteja sempre buscando novas respostas e novas indagações no desenvolvimento do seu trabalho.

Na trilha metodológica desta pesquisa muitos outros autores nos serviram de apoio como HORN (2001), LUDKE e ANDRÉ (1986), NETO in DESLANDES (2002), assim como outras leituras que tive acesso no decorrer do curso através dos professores que ministraram as disciplinas. Ressalto que pelo caráter interdisciplinar da especialização terá muito a contribuir com a pesquisa, pois lançarei um olhar reflexivo fundamentado nas ciências sociais e humanas para compreender os diversos fenômenos que por ventura possam aparecer.

O primeiro passo desta pesquisa foi a investigação “**Bibliográfica**” a fim de aprofundar as principais contribuições e produções teóricas existentes através de livros e obras congêneres das categorias eleita, Casa Familiar Rural, pedagogia da alternância e educação do campo, para Horn (at al, 2001, p. 73) é o momento em que [...] o investigador irá

levantar o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas, analisando e avaliando sua contribuição para auxiliar a compreensão ou explicar o problema: objeto de investigação.

O trabalho de campo não é destacado aqui com um exclusivo trabalho de registro, mas de interpretações, que requerem interpretações teóricas e articulações de conceitos gerais e específicos, como ressalta Maués (1993, p.89-89) “[...] o trabalho de campo constitui-se não somente num processo de obtenção de dados, mas envolve um trabalho de maior definição do problema de pesquisa, de busca teórica no movimento de obtenção dos dados”.

Como técnica indispensável, também estamos realizando a Análise Documental, onde estamos analisando documentos importantes, como planejamentos, proposta curricular, diários pessoais, dados estatísticos, plano de trabalho das entidades, comunidades e egressos, sendo analisado inúmeras vezes para a complementação de informações obtidas por outros instrumentos, ou desvelando aspectos novos de um tema ou problema. Segundo Cauley apud Ludke e André (1986, p.38) “[...] a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse”. Constitui-se num rico instrumento de pesquisa, pois fundamenta afirmações de outros autores que sejam utilizados.

Por fim, utilizamos as entrevistas para buscar informações mais apurada do processo de construção e desenvolvimento do processo educativo da casa, uma das técnicas mais utilizadas em todos os tipos de pesquisa para captar informações através das falas dos atores sociais que fazem parte do contexto pesquisado, não se trata de um procedimento sem objetivos, sendo elas estruturadas ou não, revelam importantes elementos sociais e culturais do cotidiano de uma unidade particular, permitindo um diálogo aberto e rico em interações sociais. Apresenta como vantagem o fato de permitir a “captação imediata e correta da informação desejada sobre os mais variados tópicos” (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p.34).

Sobre a seleção dos sujeitos a serem entrevistados, Bourdieu (*APUD ALMADA*, 2005, p.15), enfatiza que é preciso dar atenção à estes informantes e aos procedimentos da pesquisa:

[...] cuja dimensão propriamente social – como achar bons informantes, como nos apresentamos, como descrever-lhes os objetivos da pesquisa e, de modo mais geral, como “penetrar” o meio estudado, etc. – não é menos importante, poderá pôr-vos de prevenção contra o feiticismo dos conceitos e da “teoria”, que nasce da propensão para considerar os instrumentos “teóricos” em si mesmos.

Seguindo estas orientações buscamos os sujeitos que tem mais informações sobre as ações desenvolvidas pela CFR de Cameté desde a inauguração. Assim, considerando que o foco da pesquisa são as ações dos egressos nas comunidades, selecionamos 02 monitores priorizando os mais antigos por compreender que tem mais maturidade do processo para omitirem uma avaliação e 03 membros do Conselho de Administração considerando a representação dos pais, comunidade e funcionários da casa, já que os alunos serão contemplados em outro momento. Estes sujeitos considero importante por participaram da construção do processo pedagógico e gerenciamento do projeto, pois conhecem os avanços e desafios da proposta metodológica, assim como, da administração da casa.

Ex – alunos, por serem os principais sujeitos da pesquisa selecionamos 12, sendo 8 considerando o critério de representatividade que já utilizam na casa tanto para representantes de turma como para composição do conselho, titular e suplente ou seja, 02 por turma e mais 04 mulher de cada turma formada para não incorrerem no risco delas ficarem de fora, uma vez que são minoria nas turmas.

Os pais são importantes neste processo nem só por estarem no cotidiano com os filhos e poderem perceber ou não as mudanças nos estudos, no trato com a terra e nas atividades agrícolas. Mas por serem os principais interessados na profissionalização dos filhos, serem os responsáveis pela propriedade (*ALMADA*, 2005). O critério que adotei aqui é um pai para

cada aluno entrevistado, uma vez que pretendo obter o ponto de vista de ambos sobre a mesma propriedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMADA, Francisco de Assis Carvalho de. **A experiência educativa de uma Casa Familiar Rural e suas contribuições para o Desenvolvimento Local**. Dissertação de Mestrado. UFPA/NAEA. Belém, 2005.
- ANDRÉ, Marly Eliza D. A. **Etnografia da Prática Escolar**. Papirus, 1995.
- CARMO, Eraldo Souza; RIBEIRO, Adnilza de Souza. Educação na Ilha de Pacuí de Cima: Práticas Pedagógicas e Cultura Ribeirinha. Cametá: 2004, (TCC) UFPA/digitado .
- CARVALHO, Delza Maria. **Política e exclusão social: um estudo sobre o Município de Cametá-Pa**. Belém: Camutás, 1998.
- DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org), 20º ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- FORQUIN, Jean-Claude: **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar/** Trad. Guacira Lopes Louro – Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- HORN, Geraldo Balduino; DIEZ, Carmem Lúcia. **Metodologia da Pesquisa**. IESDE. Curitiba: 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Senso. 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estimativa populacional. 2006.
- GIMONET, Jean Claude. **Nascimento e Desenvolvimento de um movimento educativo: As Casas Familiares Rurais de Educação e de Reorientação**. I Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância. Salvador, 1999.
- LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999
- LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**, São Paulo: EPU, 1986.
- MAUÉS, Josenilda Maria: **Espelho líquido: a vida cotidiana de uma escola ribeirinha no Estado do Pará**. (Dissertação de mestrado em educação pela Universidade Católica de São Paulo–PUC). São Paulo, 1993.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora). DESLANDES, Suely Ferreira. NETO, Otavio Cruz. GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e Criatividade**. 20ª ed. Petrópolis. Vozes, 2002.
- PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MICRORREGIÃO A JUSANTE DA UHT DE TUCURUÍ (PDJUS). Eletronorte. Pará, 2003.
- POMPEU, José Danuzio Pinto. **Evolução Territorial e Urbana do Município de Cametá**. Cametá: Novo Tempo Cabano, 2002.
- PROJETO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Economia Solidária**. Texto de apoio, Brasília 2007
- RODRIGUES, Doriedson. **Marcadores Conversacionais: um estudo sobre os marcadores “parente”, “qué tá” e “tá bom” no Município de Cametá**. Cametá: Coleção Novo Tempo Cabano, 2003.
- SOUSA, Raimundo Valdomiro. **Campesinato na Amazônia: Da subordinação à luta pelo poder**. Belém: NAEA, 2002.